

SAÚDE PÚBLICA E EQUIDADE: COMO POLÍTICAS INCLUSIVAS PODEM TRANSFORMAR O CENÁRIO DA SAÚDE NO BRASIL

PUBLIC HEALTH AND EQUITY: HOW INCLUSIVE POLICIES CAN TRANSFORM THE HEALTHCARE LANDSCAPE IN BRAZIL

Eixo Temático: Eixo Transversal

Marcelly Leitão Freitas

Mestra em Biologia Parasitária na Amazônia pela UEPA-Universidade do Estado do Pará
Biomedicamarcellyleitao@outlook.com

Ozeias Pereira de Oliveira

Enfermeiro pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio Esp. em Urgência e Emergência e UTI- pela Faculdade Integrada de Patos- FIP
ozeiaspereira197@gmail.com

Maria Iasmym Viana Martins

Enfermeira pela Faculdade Luciano Feijão
iasmynviana8@gmail.com

Ana Larissa Bezerra Costa

Enfermeira Esp. em Obstétrica e Neonatologia pelo Centro Universitário INTA - UNINTA
amalarissa1@hotmail.com

Kamily Iracema Coimbra Lima Guerreiro

Graduanda em Medicina pela Fametro - Faculdade Metropolitana de Manaus
kamilycoimbra@hotmail.com

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO
carloslopatiuk@yahoo.com.br

Carla Emanuele Lopatiuk

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitario Campo Real, Guarapuava - PR
carla.emanuele2201@gmail.com

Virginia Rodrigues de Oliveira Siqueira

Graduanda em Odontologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - Recife/ PE
rodriguesvirginia63@gmail.com

Taynara Camilo Coutinho

Enfermeira pela UEMG Esp. em Saúde Pública e Atenção Primária à Saúde pela UNESC
taynaracoutinho@yahoo.com.br

Nina de Oliveira David

Graduanda em Fisioterapia pela Estácio
nina21102019@gmail.com

RESUMO

Introdução: As desigualdades no acesso aos serviços de saúde comprometem a efetivação do direito à saúde, tornando essencial a implementação de políticas públicas inclusivas que reduzam essas disparidades. As falhas na distribuição de recursos, a judicialização excessiva e a privatização progressiva agravam esse cenário, tornando necessária uma análise aprofundada sobre os impactos dessas variáveis. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar como as políticas públicas inclusivas podem contribuir para a redução das desigualdades na saúde pública brasileira, identificando estratégias eficazes e os desafios persistentes nesse contexto. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa com abordagem qualitativa, baseada na seleção de dez estudos obtidos por meio de bancos de dados científicos, utilizando operadores booleanos e palavras-chave relacionadas à equidade em saúde, Atenção Primária e políticas públicas. Os critérios de inclusão foram estudos revisados por pares, publicados nos últimos cinco anos e que abordassem a equidade em saúde no Brasil. Foram excluídos artigos duplicados, estudos que não se relacionassem diretamente com o tema e aqueles que não possuíam dados empíricos relevantes. **Resultados e Discussão:** A análise revelou que o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), a ampliação do financiamento do SUS e a integração de tecnologias são medidas essenciais para reduzir desigualdades e garantir maior equidade no acesso aos serviços de saúde. No entanto, persistem desafios como a precarização do financiamento público, a judicialização da saúde, a falta de infraestrutura adequada em regiões vulneráveis e o avanço da privatização, que limita a cobertura universal. **Considerações Finais:** Conclui-se que a equidade em saúde só poderá ser alcançada por meio da implementação de um conjunto de ações coordenadas, que envolvam maior financiamento público, regulamentação eficiente, ampliação da APS e adoção de estratégias tecnológicas acessíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Equidade em Saúde; Políticas Públicas de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Saúde Pública; Acesso Universal à Saúde.

ABSTRACT

Introduction: Disparities in access to healthcare services compromise the realization of the right to health, making the implementation of inclusive public policies essential to reducing these inequalities. Failures in resource distribution, excessive judicialization, and progressive privatization aggravate this scenario, requiring an in-depth analysis of their impacts. **Objective:** This study aims to analyze how inclusive public policies can contribute to reducing health inequalities in Brazil, identifying effective strategies and persistent challenges in this context. **Methodology:** This is a narrative review with a qualitative approach, based on the selection of ten studies obtained from scientific databases using Boolean operators and keywords related to health equity, Primary Health Care, and public policies. Inclusion criteria involved peer-reviewed studies published in the last five years, focusing on health equity in Brazil. Excluded were duplicate articles, studies not directly related to the topic, and those without relevant empirical data. **Results and Discussion:** The analysis revealed that strengthening Primary Health Care (PHC), increasing SUS funding, and integrating technologies are essential measures to reduce inequalities and ensure greater equity in healthcare access. However, challenges persist, such as inadequate public funding, the judicialization of health, lack of proper infrastructure in vulnerable regions, and the advance of privatization, which limits universal coverage. **Final Considerations:** It is concluded that health equity can only be achieved through the implementation of a coordinated set of actions involving increased public

funding, efficient regulation, expansion of PHC, and the adoption of accessible technological strategies.

KEYWORDS: Health Equity; Public Health Policies; Primary Health Care; Public Health; Universal Health Access.

1. INTRODUÇÃO

2.

A saúde pública no Brasil está intrinsecamente ligada às políticas de equidade e inclusão, as quais têm o potencial de transformar significativamente o cenário sanitário do país. No contexto atual, as desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde são desafios persistentes que necessitam de abordagens integradas e fundamentadas na garantia de direitos. Esse tema se mostra relevante tanto para o contexto acadêmico, devido à necessidade de aprofundamento teórico e crítico sobre a gestão da saúde, quanto para o contexto social, pois impacta diretamente a qualidade de vida da população (Santos, 2022).

Historicamente, o Brasil tem enfrentado desafios na implementação de políticas de saúde que garantam um atendimento universal e equitativo. A Constituição de 1988 consolidou o Sistema Único de Saúde (SUS), que representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. No entanto, a desigualdade social, a privatização dos serviços e as dificuldades de gestão continuam sendo obstáculos para a efetiva universalização da saúde (Santos, 2022). A pandemia da COVID-19 apontou essas fragilidades e demonstrou a importância de um sistema de saúde fortalecido (Gonçalves, 2022).

A saúde indígena é outro exemplo da necessidade de políticas específicas, pois a marginalização histórica dessa população tem impacto direto na acessibilidade aos serviços de saúde (Prata; Andrade, 2020). Além disso, práticas integrativas e complementares, como a medicina tradicional, podem exercer função importante na promoção da equidade e na ampliação do acesso a tratamentos eficazes (Ribeiro; Marcondes, 2021). Dessa forma, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como políticas inclusivas podem promover a equidade no sistema de saúde brasileiro.

Diante desse cenário, a questão central que orienta esta pesquisa é: Como políticas públicas inclusivas podem contribuir para a redução das desigualdades na saúde pública no Brasil?

O objetivo geral desse trabalho é o de analisar o impacto de políticas inclusivas na promoção da equidade na saúde pública brasileira. Quanto aos específicos (1) Examinar as

principais desigualdades estruturais no acesso aos serviços de saúde no Brasil/ (2) Identificar como diferentes grupos sociais são impactados por políticas de saúde e quais mecanismos podem ser utilizados para ampliar a inclusão; (3) Avaliar experiências bem-sucedidas de políticas inclusivas e seus efeitos na redução das desigualdades.

Dessa forma, este estudo busca explorar como políticas inclusivas podem transformar o cenário da saúde no Brasil, promovendo maior equidade e acessibilidade no sistema de saúde pública. A partir da análise de diferentes abordagens e experiências, pretende-se evidenciar a importância da integração entre as esferas políticas, sociais e tecnológicas na construção de um sistema de saúde mais justo e eficiente.

2. METODOLOGIA

É O presente estudo foi conduzido por meio de uma revisão narrativa com abordagem qualitativa, visando analisar como políticas públicas inclusivas contribuem para a redução das desigualdades na saúde pública no Brasil. A revisão narrativa permite uma síntese crítica da literatura existente, possibilitando uma compreensão aprofundada do tema a partir da seleção e análise de estudos relevantes.

Para a busca dos artigos, foram utilizados bancos de dados científicos reconhecidos, incluindo Scielo, PubMed e Google Scholar, empregando termos booleanos para ampliar e refinar os resultados. As palavras-chave utilizadas foram "equidade em saúde", "políticas públicas em saúde", "acesso à saúde no Brasil", "desigualdades no SUS" e "Atenção Primária à Saúde", combinadas com os operadores booleanos AND e OR para garantir uma busca mais direcionada e abrangente.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: estudos publicados nos últimos cinco anos, artigos revisados por pares, pesquisas que abordassem a equidade em saúde no Brasil e estudos que apresentassem discussões sobre políticas públicas e seu impacto no acesso aos serviços de saúde. Foram excluídos artigos que não abordassem o contexto brasileiro, estudos duplicados e aqueles cuja abordagem não se relacionasse diretamente com os objetivos da pesquisa.

Após a aplicação dos critérios, a busca resultou em dez estudos que atenderam aos critérios de inclusão e foram selecionados para compor a análise. Os estudos escolhidos abordam diferentes dimensões das políticas inclusivas na saúde pública, incluindo impactos da Atenção Primária à Saúde, desafios da judicialização, saúde indígena, privatização da

assistência, educação em saúde, uso de tecnologias no SUS e fatores ambientais que afetam a equidade. A seleção dessas pesquisas possibilitou uma compreensão ampla dos principais desafios e avanços no campo da saúde pública brasileira, permitindo a construção de um panorama consolidado sobre o tema.

Com essa abordagem, a revisão qualitativa proporcionou uma análise crítica da literatura existente, permitindo identificar lacunas no conhecimento e propor reflexões sobre estratégias futuras para a promoção da equidade em saúde no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa demonstram que as políticas públicas inclusivas possuem um impacto significativo na redução das desigualdades na saúde pública brasileira. A Atenção Primária à Saúde (APS) se apresenta como uma ferramenta central nesse processo, garantindo a ampliação do acesso aos serviços de saúde e promovendo ações preventivas que reduzem a sobrecarga da média e alta complexidade (Ribeiro; Marcondes, 2021). No entanto, desafios persistem, como a desigualdade na distribuição de profissionais e recursos entre diferentes regiões do país, o que compromete a equidade do sistema (Santos, 2022). Essa problemática se agrava em comunidades vulneráveis, como populações indígenas, que enfrentam barreiras geográficas e culturais para acessar serviços de saúde, tornando fundamental a formulação de políticas específicas que atendam às suas necessidades (Prata; Andrade, 2020).

Além das dificuldades estruturais, a pandemia de COVID-19 escancarou fragilidades históricas do Sistema Único de Saúde (SUS) e demonstrou como a falta de planejamento e financiamento adequado pode comprometer a capacidade de resposta do setor público. Durante esse período, ficou claro a importância da atuação do Supremo Tribunal Federal na regulação de políticas sanitárias e na garantia do direito à saúde diante de decisões governamentais que, por vezes, colocavam a população em risco (Gonçalves, 2022). No entanto, a judicialização excessiva da saúde pública tem levantado debates sobre a alocação de recursos, visto que ações individuais muitas vezes desestruturam o orçamento destinado a políticas coletivas, dificultando a implementação de estratégias preventivas e de longo prazo (Mendes, 2021). Esse cenário reforça a necessidade de um controle mais eficiente dos gastos públicos na saúde, garantindo que as demandas individuais não inviabilizem o atendimento de necessidades coletivas.

A privatização progressiva das funções do Estado tem sido um fator de preocupação

adicional, visto que a transferência de responsabilidades para o setor privado pode comprometer o princípio da universalidade do SUS e aprofundar desigualdades de acesso (Santos, 2022). A crescente influência do setor privado na saúde pública brasileira limita a oferta de serviços gratuitos e empurra parcelas mais vulneráveis da população para uma assistência cada vez mais precarizada. Esse movimento tem sido particularmente prejudicial em áreas onde a presença do SUS é fundamental, como nas regiões Norte e Nordeste, onde a oferta de planos de saúde privados é menor e a dependência do sistema público é significativamente maior.

Outro fator que impacta a equidade na saúde é a influência do meio ambiente nas condições sanitárias da população. O uso indiscriminado de agrotóxicos tem provocado graves problemas de saúde pública, com aumento dos casos de intoxicação e de doenças crônicas em populações expostas, especialmente em regiões dominadas pelo agronegócio (Corrêa et al., 2020). A falta de fiscalização adequada e a influência do setor agropecuário nas decisões políticas têm dificultado a implementação de regulações mais rigorosas, expondo trabalhadores rurais e comunidades inteiras a substâncias tóxicas sem a devida proteção do Estado. Ao mesmo tempo, a poluição urbana e a precarização das condições de trabalho também agravam quadros de doenças respiratórias e cardiovasculares, tornando necessário um planejamento intersetorial que integre saúde, meio ambiente e segurança do trabalho.

A tecnologia tem sido um fator transformador na saúde pública, mas seu impacto ainda é desigual. Aplicativos voltados ao monitoramento de doenças crônicas e a telemedicina se mostraram ferramentas eficientes para facilitar o acesso a consultas e exames, especialmente para populações que residem em áreas remotas (Rodrigues et al., 2023). Contudo, a exclusão digital e a falta de infraestrutura tecnológica em muitas regiões do Brasil ainda impedem que essas inovações beneficiem todas as camadas da população, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à democratização do acesso às tecnologias em saúde, garantindo que essas ferramentas sejam um instrumento de inclusão, e não mais um fator de desigualdade.

A educação em saúde também é um pilar essencial na promoção da equidade, visto que o acesso à informação tem um impacto direto na adoção de hábitos saudáveis e na prevenção de doenças. Campanhas de conscientização sobre tabagismo, obesidade e doenças sexualmente transmissíveis têm se mostrado eficazes na modificação de comportamentos e na redução da incidência de enfermidades preveníveis (Dias et al., 2021). No entanto, para que essas iniciativas sejam bem-sucedidas, é necessário que as mensagens sejam adaptadas às particularidades culturais e sociais de cada grupo populacional, garantindo que a comunicação

seja acessível e compreensível. Nesse sentido, programas que envolvem agentes comunitários de saúde são de suma importância na tradução dessas informações para as realidades locais, tornando a educação em saúde uma ferramenta verdadeiramente transformadora.

A formação profissional também se apresenta como um elemento fundamental para a qualificação do SUS e a melhoria da equidade na saúde pública. Iniciativas voltadas à capacitação de trabalhadores da saúde, como as políticas de educação permanente, têm demonstrado efeitos positivos na qualidade do atendimento e na ampliação do acesso a serviços essenciais (Jacobovski et al., 2023). Entretanto, a desvalorização dos profissionais da saúde, especialmente da enfermagem e da atenção primária, continua sendo um obstáculo para a fixação desses trabalhadores em regiões de maior vulnerabilidade. Dessa forma, a criação de políticas que incentivem a permanência desses profissionais em áreas de difícil acesso pode contribuir para a redução das disparidades regionais na oferta de serviços de saúde.

Diante desse cenário, observa-se que a equidade na saúde pública brasileira depende de uma série de fatores interligados, que vão desde o fortalecimento do SUS e a ampliação da Atenção Primária à Saúde até a regulação mais eficiente do setor privado e a implementação de políticas ambientais e tecnológicas que protejam a população. A integração de diferentes áreas do conhecimento e a colaboração entre setores governamentais e sociedade civil são essenciais para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível. O compromisso com a equidade não pode ser uma diretriz isolada, mas deve permear todas as ações e políticas voltadas à saúde, garantindo que nenhum grupo populacional seja negligenciado e que o direito à saúde seja assegurado a todos de maneira plena e eficaz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou responder à questão central de como políticas públicas inclusivas podem contribuir para a redução das desigualdades na saúde pública no Brasil. Com base na análise realizada, conclui-se que a implementação de políticas de equidade no Sistema Único de Saúde desempenha um papel fundamental na garantia do acesso universal e na promoção da justiça social. A ampliação da Atenção Primária à Saúde, a distribuição equilibrada de recursos e a adoção de estratégias intersetoriais foram identificadas como medidas essenciais para tornar o sistema mais eficiente e acessível. Além disso, a incorporação de tecnologias e a adaptação de estratégias de educação em saúde se mostram caminhos promissores para garantir a

democratização do conhecimento e a melhoria das condições de vida da população.

Os resultados deste estudo têm implicações tanto para a sociedade quanto para a academia. No contexto social, reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas para a equidade, demonstrando que a priorização de grupos historicamente marginalizados pode contribuir para a redução de disparidades no acesso à saúde. Para a academia, o estudo amplia a compreensão sobre os desafios e oportunidades no aprimoramento do SUS, incentivando novas abordagens que integrem perspectivas sociais, ambientais e tecnológicas para uma atenção mais abrangente e resolutiva.

Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A complexidade da temática exige investigações contínuas e aprofundadas, considerando variáveis econômicas, políticas e culturais que impactam a efetividade das políticas públicas. Além disso, a escassez de dados atualizados sobre determinados aspectos da equidade na saúde pode restringir a amplitude da análise, indicando a necessidade de novos estudos empíricos para avaliar a implementação e os impactos concretos das estratégias propostas.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas explorem, de forma mais detalhada, a relação entre inovação tecnológica e inclusão no acesso à saúde, bem como a influência de políticas ambientais na equidade sanitária. Além disso, estudos comparativos entre diferentes regiões do Brasil podem oferecer um panorama mais amplo sobre as desigualdades regionais e subsidiar a formulação de políticas mais direcionadas às necessidades locais.

Assim, a presente pesquisa contribui para a compreensão da importância das políticas inclusivas na promoção da equidade em saúde e reforça a necessidade de um compromisso contínuo na formulação e implementação de estratégias que garantam o direito à saúde para todos, reduzindo desigualdades e fortalecendo o SUS como pilar fundamental do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, M. L. M. et al. Agrotóxicos, saúde e ambiente: ação estratégica e políticas públicas em territórios do agronegócio. **Rev. Polít. Públ.**, v. 24, n. 1, p. 11-27, 2020.

DIAS, L. G. M. et al. O cigarro e a saúde: instruir positivamente ou provocar o medo? **Rev. Polít. Públ.**, v. 25, n. 1, p. 370-395, 2021.

GONÇALVES, S. K. O impacto das decisões do Supremo Tribunal Federal nas políticas públicas em tempos de pandemia por COVID-19. **Ponto Vista Juríd.**, v. 11, n. 2, p. 1-20,

HOCHMAN, G. Quando e como uma doença desaparece: a varíola e sua erradicação no Brasil, 1966/1973. **Rev. Bras. Sociol.**, v. 14, n. 1, p. 111-125, 2021.

JACOBOSKI, R. et al. Política pública de educação na saúde: uma experiência do Sistema Único de Saúde no Brasil. **Enferm. Investiga.**, v. 8, n. 2, p. 1-25, 2023.

MENDES, L. Da atuação da Defensoria Pública na judicialização da saúde: da necessidade de macrocontrole através da revisão judicial do gasto financeiro do ente político. **Rev. Dir. Estado Soc.**, v. 0, n. 1683, p. 1-20, 2021.

PRATA, D.; ANDRADE, J. T. Políticas públicas de atenção à saúde indígena no Brasil: contribuição a um debate permanente. **Rev. Polít. Públ.**, v. 24, n. 2, p. 878-897, 2020.

RIBEIRO, L. G.; MARCONDES, D. A interface entre a atenção primária à saúde e práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde: formas de promover as práticas na APS. **APS Rev.**, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2021.

RODRIGUES, G. C. S. et al. Impacto do uso de aplicativos no monitoramento de risco da hipertensão arterial sistêmica na Estratégia Saúde da Família. **Uniciências**, v. 26, n. 2, p. 84-92, 2023.

SANTOS, L. P. S. Privatização de funções sociais do Estado brasileiro: estudo a partir da política pública de saúde. **Rev. Polít. Públ.**, v. 25, n. 2, p. 950-964, 2022.